

**Informativo Eletrônico produzido pela Central de Atendimento ao Juiz Federal – CAJU**

**Brasília, 26 a 30 de junho de 2017 – Nº 275**

[STF conclui julgamento sobre limites da atuação do relator em colaborações premiadas](#)

[Declaradas inconstitucionais normas estaduais que tratam da magistratura](#)

[Procurador-geral da República apresenta ADI contra Lei das Terceirizações](#)

[Ações para apurar danos ambientais da CSN prosseguirão na Justiça Federal](#)

[Aplicar lei não invocada pelas partes não ofende princípio da não surpresa](#)

[Recebimento de outro benefício desautoriza concessão de pensão por morte de servidor](#)

[STJ defere primeiro pedido de suspensão nacional de processos em decorrência de IRDR](#)

[Aposentadoria de professor não autoriza exclusão de fator previdenciário](#)

[Empresa responsável pela retenção e recolhimento do IR não tem legitimidade para requerer restituição de indébito tributário](#)

[Prazo de licença-adoptante não pode ser inferior ao da licença-gestante](#)

[CJF publica resolução que disciplina a concessão de férias a magistrados](#)

## **Informativo STF - Nº 869**

### **Plenário**

[ADPF e expropriação de recursos administrados pelo poder público estadual](#)

[Repercussão Geral](#)

[Professor substituto e contratação temporária](#)

### **1ª Turma**

[Crime achado e justa causa](#)

### **2ª Turma**

[Jornada de trabalho reduzida e legislação específica](#)

Conheça a [CAJU](#)

Para acessar as edições anteriores do InfoCAJU, clique [aqui](#)